



Simon afirma que hoje é impossível cobrar responsabilidades no governo e os crimes contra o patrimônio ficam impunes

# Simon pede força ao sistema federativo

As peregrinações de governadores e prefeitos a Brasília, de pires na mão, só terão fim no país com a implantação de uma reforma tributária e a definição de competência entre estados, municípios e União, acabando com o "anarquismo" na máquina burocrática. A ideia foi defendida pelo governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, em depoimento à Subcomissão dos Estados da Constituinte, que tenta junto ao governo Federal a liberação de Cz\$ 35 bilhões para a rolagem da dívida estadual da ordem de Cz\$ 111 bilhões.

Simon, governador de um estado "que já foi rico e está ficando pobre", pregou o fortalecimento do princípio federativo, com a destinação de recursos a estados e municípios suficientes para o cumprimento de suas competências. "Hoje, falar em federação no Brasil é ficção. Há uma superposição de atribuições e um excessivo número de órgãos. Os recursos arrecadados ficam nas mãos da União e governadores e prefeitos perdem um ano de seus mandatos mendigando o que



devia ser direito deles", salientou.

— A missão da nova Constituição é enxugar esta máquina, redefinir as atribuições e descobrir uma fórmula tributária na qual o governo federal não precise fazer caridade. Para que esta dependência política de vir aqui pedir pelo amor de Deus? — Questiona o governador do Rio Grande do Sul. Segundo ele, no Brasil de hoje ganha mais verbas o administrador que for "mais simpático" ao governo federal, mesmo que ele precise meros.

Além da redistribuição dos tributos, Simon defende a reforma administrativa, porque, segundo ele, "com este regime híbrido, onde ninguém é respon-

sável por nada, ninguém pode ser cobrado". Isso implicaria em extinguir um número "fantástico" de órgãos e dispensar funcionários, mas, em compensação, os gastos da administração pública seriam reduzidos à metade e os rendimentos duplicados.

Na opinião do ex-ministro da Agricultura, uma redivisão territorial seria favorável ao país. A Subcomissão dos Estados já tem propostas para a criação de quatro novos estados: o Maranhão do Sul, o Tocantins, o de Tapajós e o de Santa Cruz, com a respectiva divisão do Maranhão, de Goiás, do Pará e da Bahia. "O desenvolvimento passa por uma maior divisão territorial, desde que não cause brigas interestaduais", alertou.

Por fim Simon defendeu a punição dos crimes contra o patrimônio público, lembrando que no Brasil ninguém vai para a cadeia por roubar muito. "Só são punidos os que roubam pouco. Como mandar para a cadeia um preleito que gasta mal, num país onde o ilícito é permanente e todo mundo gasta mal?"

# Falta quorum para votar aposentadoria

A falta de quorum poderá impedir novamente a aprovação do projeto que concede aumento nas pensões e aposentadorias da Previdência Social. Apesar de estar anunciando uma grande mobilização partidária, o líder do PMDB, Luis Henrique (SC), não sabe ainda se sua bancada comparecerá, em número suficiente, às sessões extraordinárias da próxima semana. Além disso, ele terá que se preparar para enfrentar o PTB e PDS, que só aprovarão o projeto depois de uma negociação. Os demais partidos não pretendem se opor, mas criticam severamente a atuação do partido majoritário, "que por seu gigantismo não consegue se organizar para apreciar matéria de tamanha importância".

Na quarta-feira passada, o projeto enviado pelo Executivo entrou na ordem do dia, mas não pode ser votado pois apenas 130 parlamentares se encontravam em plenário — eram necessários, no mínimo, 227. A verificação de voto foi solicitada pelo PTB, por ter rejeitado a conduta do relator, deputado José Tavares, que não consultou as lideranças partidárias sobre as emendas propostas.

O relator rejeitou a maioria das propostas. Quase todas previam a equiparação dos proventos do trabalhador rural e urbano, e o direito de aposentadoria da mulher camponesa. As únicas emendas que foram aceitas são de autoria dos deputados Luiz Henrique e Paulo Macarini (PMDB-SC) e isso, para as outras lideranças, é motivo suficiente para indicar uma preferência às propostas peemedebistas.

## Responsabilidade

Todos os partidos, inclusive o PFL, apontam a falta de estrutura interna do PMDB como causa destes atropelos. O líder do PCB, Roberto Faria, afirmou que o partido majoritário não precisaria sequer pensar em fazer acordo, já que possui 305 parlamentares. "Mas essa é uma bancada totalmente dividida e o PMDB, enquanto não tomar consciência que precisa do apoio de todos nós, não conseguirá aprovar projeto algum".

No PTB a ideia é a mesma. Só que o líder, deputado Gastão Right, vai mais longe e diz que, para fazer...

# Acaba prazo de sugestão de normas

Termina hoje o prazo para apresentações de sugestões sobre normas constitucionais, de acordo com o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

No próximo dia 11, o relator de cada subcomissão (num total de 21) deverá apresentar relatório com anteprojeto, que será discutido durante cinco dias — para o que será impresso e distribuído em avulsos. Durante este prazo, o anteprojeto receberá emendas apresentadas pelos membros da subcomissão.

No próximo dia 19 encerra-se a fase de discussão, quando o relator terá cinco dias para emitir seu parecer, a ser votado até o dia 25 de maio — prazo para encaminhamento do anteprojeto à comissão técnica.

# Reale Júnior sugere semi-presidencialismo

Uma proposta de sistema de governo semi-presidencialista, em que o primeiro-ministro não seria o chefe do governo mas um auxiliar do presidente da República e um delegado do Legislativo, foi apresentada ontem à subcomissão do executivo pelo jurista Miguel Reale Júnior, principal assessor do presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães.

Reale Júnior é contrário à ideia de um sistema parlamentarista nisto, à semelhança dos moldes francês e português, em que a figura do primeiro-ministro se sobrepõe em poder à do presidente da República.

A proposta de Reale Júnior contrasta com a de parlamentarismo misto que foi aprovada pela Comissão de Estudos

Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos. Em linhas gerais, defende os seguintes pontos: o poder executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelo primeiro-ministro e pelos ministros de Estado.

Reale defendeu a eleição direta do presidente da República, o qual indicaria o primeiro-ministro, mediante aprovação dos partidos políticos e do Congresso, passível de destituição nas mesmas circunstâncias. Seu projeto era o Conselho da República, integrado pelo presidente, o primeiro-ministro e os ministros da Marinha, Exército, Aeronáutica, Justiça e os presidentes e líderes da maioria na Câmara e Senado.

# Diap quer redução de